

## RESENHA/REVIEW

*Dicionário da Língua Portuguesa Contemporânea*. João Malaca Casteleiro, coordenador (Academia das Ciências de Lisboa). Lisboa: Academia das Ciências de Lisboa e Editorial Verbo, 2001, 2 vols., 3809p.

Resenhado por: John Robert SCHMITZ  
(*Universidade Estadual de Campinas*)

### 1. Apresentação

No ano 1793, a Academia das Ciências de Lisboa editou um Dicionário de Português limitado à letra *A*. Em 1976 a entidade chegou a publicar outro volume, devidamente atualizado, restrito também à mesma letra. Com o apoio financeiro da Fundação Calouste Gulbenkian, o sonho, por parte da Academia, de haver um dicionário completo da Língua Portuguesa foi realizado no ano 2001, mais de 200 anos após a publicação da primeira tentativa.

À guisa de organização desta resenha, vou pressupor que o *Dicionário da Língua Portuguesa Contemporânea* (doravante, DLPC) seja menos conhecido por parte de usuários brasileiros (professores, jornalistas, publicitários, advogados, cientistas, engenheiros, e leigos em geral) do que os principais dicionários ao alcance dos leitores no Brasil como Michaelis (1998), Aurélio (1999), Houaiss (2001) e Borba (2002). No decorrer do trabalho, faço eventuais referências aos quatro dicionários brasileiros como “gancho” com o intuito de mostrar as diferenças (e semelhanças) entre a obra lusitana sob apreço e as brasileiras.

Divido esta resenha em quatro partes. A primeira é esta apresentação; a segunda parte trata da macroestrutura do DLPC; a terceira visa comentar as inovações que caracterizam a obra; a quarta é dedicada a uma reflexão geral sobre a utilidade para os diferentes tipos de usuários que venham a consultá-lo.

## 2. A macro-estrutura do Dicionário

A publicação do *Dicionário da Língua Portuguesa Contemporânea* (doravante DLPC) é iniciativa do Presidente do Instituto de Lexicologia e Lexicografia e Coordenador do próprio Dicionário, Dr. João Malaca Casteleiro, da Academia das Ciências de Lisboa com o apoio do Ministério da Educação, do Instituto Camões (Portugal) do Governo de Portugal e da referida Fundação Gulbenkian.

A obra lexicográfica em tela está organizada em dois volumes (Vol 1, A-F) e (Vol 2, G-Z) com 70,000 entradas e 33,000 citações lingüístico-literárias de uma gama de autores que escrevem em língua portuguesa, oriundos de Portugal, Brasil, Angola, Moçambique, Macau, Timor Leste, Cabo Verde, Guiné-Bissau e São Tomé e Príncipe.

As páginas preliminares do Dicionário se dividem em nove partes: (i) um prefácio (pgs.ix-xi) de autoria de José de Pina Martins que relata os esforços de se editar em Portugal um dicionário da Academia de Ciências de Lisboa; (ii) uma Introdução detalhada à obra (pgs. xiii-xxiii) do punho de João Malaca Casteleiro; (iii) um agradecimento aos consultores externos do Dicionário (p. xxv); (iv) uma seção (pgs. xxvii- xxx) dedicada a orientar os eventuais leitores na consulta da obra; (v) uma lista (pgs. xxxi-xxxiii) de abreviaturas utilizadas: Angol. = angolano, gross. = grosseiro; (vi) uma classificação do vocabulário (pgs. xxxv-xxxvi) de acordo com o respectivo campo de conhecimento (botânica, etnografia, veterinária); (vii) alfabeto fonético (p. xxxvii) devido à presença de transcrição fonética para os verbetes; (viii) um elenco (pgs. xxxix-xliv) de diferentes países, gentílicos e moedas; (ix) uma listagem (xlv-lxiii) dos autores citados, das revistas periódicas, dos documentos oficiais, de outros dicionários e gramáticas consultados e o *corpus* de língua oral.

A referida Introdução é dividida em seis partes: (1.) Caracterização Geral do Dicionário, (2.) As Palavras do Dicionário, (3.) A Organização das Entradas Lexicais, (4.) a Estrutura dos Artigos, (5.) Níveis de língua e Classificação do Vocabulário, (6.) Informação Estatística. Dada a riqueza do conteúdo da Introdução, vou me restringir a comentar as primeiras três partes por considerar que essas seções apresentam uma visão geral da estrutura do DLPC:

### (1.) Caracterização Geral da Obra

Segundo Malaca Casteleiro, a obra se destina a “um público muito vasto” (p. xiii), especificamente aos que fazem uso do português no seu trabalho, nomeadamente, jornalistas, tradutores, escritores e professores, estudantes do nível secundário e os do ensino superior, além de alunos de português como língua estrangeira. A presença da palavra “*contemporânea*” no título poderia ser questionada por deixar os consulentes com a impressão de que estariam unicamente dicionarizados neologismos recentes e gírias. Além de registrar palavras do século XX, a obra apresenta itens lexicais do século XIX e de épocas anteriores ainda em uso no português neste século XXI. A noção de contemporaneidade é bastante abrangente.

O coordenador relata que o embasamento documental do DLPC se origina de obras literárias e de trabalhos científicos, jurídicos e parlamentares extraídos do *Corpus de Referência do Português Contemporâneo*. Teria sido valioso recorrer à lingüística e também à informática para verificar e informar o grau de frequência de determinados vocábulos em diferentes textos com o intuito de obter critérios com respeito à inclusão ou à exclusão de vocábulos.

### (2.) As Palavras do Dicionário:

O lexicógrafo português observa que o DLPC “abrange um vocabulário amplo e diversificado” (p.xiv), mas nem sempre ele fornece, na parte introdutória, alguns exemplos dos itens lexicais que constam do próprio corpo do dicionário. Quais seriam os regionalismos “para os quais não há correspondentes exactos\* na língua padrão”? (p.xiv). Não seria interessante apresentar dois ou três exemplos de regionalismos que “surgem com alguma frequência em obras literárias”? (p. xiv).

O dicionarista anuncia na parte introdutória, que a obra contém gíria e calão “... que se generalizam na linguagem corrente” (p. xiv), mas há não sequer um exemplo dos mesmos. Um leitor curioso fica obrigado a buscar exemplos no corpo do dicionário. Não há uma definição dos referidos termos. Qual é a diferença? Quanto aos brasileirismos, há de fato, exemplos

---

\* O *Dicionário da Língua Portuguesa Contemporânea* utiliza a ortografia em vigor em Portugal que difere da brasileira. Para ser fiel às citações feitas, vou manter a ortografia usada na referida obra.

que contrastam com o uso em Portugal (*banheiro/casa de banho, refrigerador/frigorífico, delegacia/esquadra*), mas o mesmo procedimento não é seguido no caso de africanismos ou asiaticismos registrados no DLPC. Quanto aos africanismos, informa-se que são dicionarizados os “mais usuais em escritores africanos de expressão portuguesa” (p. xv). No “glossário” (pgs. 379-383) do romance *Jaime Bunda, Agente Secreto* de autoria de Pepetela = Artur Carlos Maurício Pestana dos Santos, (Rio de Janeiro: Record, 2003) registram-se os angolismos (*cubar* = dormir, p. 380, *micates* = bolo de farinha frita, p. 382, *ruca* = automóvel, p. 383) que não constam do DLPC. Surgem duas perguntas: (i) qual foi o critério usado para determinar o que é mais usado na “comunicação oral ou escrita”? (p.xv) (ii) qual a porcentagem de africanismos e asiaticismos em comparação com os brasileirismos?

Quanto aos neologismos, o organizador nada informa a respeito de quais neologismos “...correspondem a uma necessidade real de designação desde que correctamente formados” (p. xiv) e quais não satisfazem “as condições de boa formação” (p. xiv). Devido à falta de exemplos não se sabe o critério adotado para um eventual neologismo ser considerado bem (ou corretamente) formado. Do mesmo modo, teria sido útil para os usuários a presença de dois ou três exemplos de “neologismos internos” resultados de “processos morfológicos de derivação e composição ou formadas por alargamento semântico de vocábulos já existentes” (p.xiv).

Malaca Casteleiro, por considerar a presença de estrangeirismos bastante polêmica e, possivelmente na expectativa de críticas por parte de usuários do DLPC, justifica na sua introdução a inclusão de quatro tipos de estrangeirismo na obra. O primeiro tipo inclui os estrangeirismos que “...atingiram um certo grau de generalização de aceitação como *antidumping, copyright, design, internet...*” (p. xiv) e assim dicionarizados sem nenhuma modificação; estrangeirismos do segundo tipo são aquelas palavras dicionarizadas com a própria grafia estrangeira, mas acompanhadas com remissões para as respectivas formas aportuguesadas. Esses estrangeirismos têm entrada própria (*atelier, bibelot, dossier, plafond*) cuja função é meramente remissiva porque os respectivos verbetes remetem o leitor às formas aportuguesadas (*ateliê, bibelô, dossiê, plafom*) onde são definidas. Os estrangeirismos do terceiro tipo são as formas semiaportuguesadas como *stande*, (p. 3461) *stresse* (p. 3462) O quarto tipo de palavra estrangeira (p. xv) é dicionarizado com a grafia estrangeira (*avant-scène, check-in, entourage e e-mail*) mas com remissão para um equivalente vernáculo (*proscênio, registro*

*de embarque, círculo pessoal, correio electrónico*) onde o consulente encontra as respectivas definições.

A apresentação de verbetes de palavras de origem estrangeira com remissão para um equivalente vernacular em português é uma estratégia útil para sugerir uma alternativa ao vocábulo estrangeiro como no caso de *correio electrónico*, (p. 988) em vez *e-mail* (p. 1352) e assim tentar defender a língua portuguesa do uso desnecessário de estrangeirismos. Não se sabe a motivação para a dicionarização de vocábulos alienígenas como *ice-cream* (p. 2015), *shake-hand* (p. 3408) *sportsman* (p. 3461), *shocking* (p.3408). Qual é a frequência de ocorrências dessas palavras nos textos consultados ou na língua oral? Ocorreram quantas vezes em quais tipos de textos? Teria sido útil fornecer abonações para os referidos estrangeirismos. Estariam realmente deslocando os equivalentes vernáculos como *gelado* (p. 1879), *aperto de mão* (p.291), *desportista* (p. 1213) ou *esportista* (p. 1549), *correio electrónico*, (p. 918) ou *chocante* (p. 800)? Por esse motivo, o dicionarista os registrou?

O dicionário em apreço informa que os advérbios em *-mente* como *infelizmente, absolutamente e designadamente* recebem uma entrada própria. Essa prática não é peculiar ao DLPC porque os outros dicionários de língua portuguesa também arrolam os referidos advérbios, com mais parcimônia no caso do Michaelis e com bastante riqueza no caso do dicionário organizado por Borba e seus colaboradores.

### (3.) Organização das Entradas Lexicais

O autor observa que uma gama de vocábulos no DLPC tem “entradas diferentes”, a saber, (a) os homônimos diferentes com origem etimológica diversa (*pena*<sup>1</sup> = pluma, *pena*<sup>2</sup> = penha, *pena*<sup>2</sup> = compaixão), (p. 2806), (b) os substantivos com formas masculinas e femininas diferentes (*abade/abadessa, frade/freira, boi/touro*); (c) substantivos cuja forma plural têm “sentido muito diferenciado da correspondente forma singular (*pratos/prato*), (d) os homógrafos não homófonos (*molho [ é ] = feixe e molho [ o ] = tempero* (p. xvii)). O procedimento de registrar os itens (a)-(d) em diferentes entradas de nenhuma forma diverge de prática de outros dicionários como o Michaelis, Aurélio, Houaiss e Borba. O DLPC divergiria, sim, do outras obras lexicográficas se tivesse arrolado *abade* no mesmo verbete que *abadessa* ou *pratos* junto com *prato*.

Onde o dicionário diferencia de seus congêneres é na apresentação das palavras homônimas com a mesma etimologia em entradas diferentes como no caso de *amigo*<sup>1</sup> (adjetivo) e *amigo*<sup>2</sup> (substantivo), (pgs. 215-216) ou *infeliz*<sup>1</sup> (adjetivo) e *infeliz*<sup>2</sup> (substantivo) (pgs 2095-2096).

Tendo feito uma consideração geral da macroestrutura do dicionário, passo a tecer, na próxima parte, comentários a respeito do que o DLPC apresenta de novidade em contraste com os outros dicionários consultados pelo público em geral.

### 3. Algumas inovações no Dicionário da Academia de Ciências de Lisboa

Nesta parte vou comentar (i) a utilização de transcrição fonética, (ii) a apresentação de verbos sem sub-categorização, (iii) a apresentação de entradas separadas para homonímia entre verbo e substantivo e entre adjetivo e substantivo, (iv) “co-ocorrências privilegiadas” e “combinatórias fixas”, (v) apresentação de sinônimos e antônimos. (vi) etimologia e (vii) as fontes bibliográficas apresentadas no início da obra.

(i) Transcrição fonética de uma variedade do português falada em Portugal

A primeira coisa que um leitor atento observa com respeito ao DLPC é o fato de que a referida obra apresenta a transcrição dos vocábulos registrados. Os dicionários brasileiros acima citados não fornecem a pronúncia dos vocábulos neles registrados com exceção da pronúncia de palavras de origem estrangeira. É possível que alguns falantes em Portugal não se identifiquem com a variedade de fala escolhida pelo Dicionário. Todavia, a inclusão da transcrição fonética de uma determinada variedade *do português de Portugal* (ênfase minha) é, na realidade, uma decisão política, pois marca a presença dessa variedade como “norma” com a finalidade de, possivelmente, conter a influência crescente de determinadas variedades do português brasileiro nos países africanos de língua portuguesa ou até a influência da pronúncia brasileira ouvida nas telenovelas importadas do Brasil. Malaca Casteleiro (p. xiii) informa que o DLPC é uma obra essencialmente descritiva”, mas também “normalizadora em aspectos que se relacionam com a grafia, a fonética, o aportunuguesamento de estrangeirismos ou sua substituição por formas vernáculas, a hifenação de certos compostos, etc.” (p.xiii).

Considerando que existem em muitas partes do mundo indivíduos que pretendem estudar ou trabalhar em Portugal e por esse motivo preferem aprender o português de Portugal em vez do português do Brasil, a transcrição da pronúncia lusitana das palavras dicionarizadas na obra contribui para a utilidade da obra para eventuais aprendizes.

(ii) Verbetes dos verbos: sem a subcategorização

A segunda inovação do DLPC é o fato que a obra não informa os seus leitores nada a respeito da função sintática dos verbos dicionarizados, se, por exemplo, um determinado verbo é transitivo, intransitivo ou pronominal. Eis outra diferença entre o dicionário lusitano e os brasileiros. Michaelis, Aurélio e Houaiss recorrem respectivamente à terminologia tradicional (transitivo, transitivo indireto) ao passo que Borba, numa apresentação inovadora na lexicologia, lança mão da gramática de valências e dependências e subclassifica os verbos em quatro grupos: (i) ação, (ii) processo, (iii) ação-processo e (iv) estado. Cabe observar que os dicionários não são uniformes na apresentação do papel sintático dos verbos registrados. Tomando, a título de ilustração, o verbo *remendar* (escolhido aleatoriamente) o Aurélio e Michaelis respectivamente apresentam uma única subclassificação gramatical ao passo que Houaiss apresenta quatro diferentes subclassificações. Borba, por sua vez, informa que o referido verbo é de “ação-processo” seguido, de complementos, ora, de um nome concreto não-animado como “pano”, “roupa” ou “pneus”, ora de um nome abstrato, como “situação” segundo se observa em (1):

(1)				
Aurélio	Michaelis	Houaiss	Borba	
p. 1739	p. 1812	p. 2424	p. 1360	
v.t.d	v.t.d	t. d.	ação-processo	
		t. d. (fig.)	[compl:nome concreto	
		t. d. bit.	não-animado}	
		Int.	[compl: nome abstrato]	

Os organizadores do DLPC argumentam que a informação contextual apresentada em forma de exemplos e orações-modelo é “... mais útil ao leitor não especialista do que a subclassificação gramatical pormenorizada” (p. xix). A decisão de não incluir a informação sintática a respeito dos verbos levanta algumas perguntas pertinentes. Quantos usuários, na verdade, consultam uma obra lexicográfica para averiguar, por exemplo, se o

verbo *desaparecer* é intransitivo ou se *emprestar* é transitivo indireto? Quantos consulentes realmente lêem este tipo de informação, ou pulam diretamente para o que lhes interessa— a definição de um determinado vocábulo que eles desconhecem? Malaca Casteleiro informa que “os exemplos e abonações” são mais úteis para o leitor geral do que para um especialista. Um dicionário padrão é de fato elaborado para o público em geral e não especificamente para o gramático, lingüista ou professor de português. Provavelmente a informação mais importante para o consulente seja as acepções da palavra, sua classe gramatical, seu gênero e, em certos casos, a sua grafia.

(iii) Desdobramento de entradas no caso de homonímia entre verbo e substantivo e entre adjetivo e substantivo

O que é diferente no DLPC em comparação com o Houaiss e o Aurélio é fato de que os “...os homônimos com a mesma origem etimológica, mas pertencentes a classes gramaticais distintas” (p. xvii) como *amigo*<sup>1</sup>, *a* (adjetivo p. 215) e *amigo*<sup>1</sup>, *a* (substantivo pgs. 215-216), e *infeliz*<sup>1</sup> (adjetivo, pgs. 2095-96) e *infeliz*<sup>2</sup>, (substantivo p. 2096) têm entradas diferentes. O dicionário é consistente porque segue a política de desdobrar também as entradas dos gentílicos em *atalão*, *atalã* (substantivo) e em *atalão*, *atalã* (adjetivo) e os “homógrafos de gênero diferente”, como *capital*<sup>1</sup>, adj. m e f (p. 680), *capital*<sup>2</sup> substantivo (p. 680) e *capital*<sup>3</sup> (pgs. 680-681). O desdobramento de entradas, todavia, ocupa espaço que poderia ser aproveitado para o registro de ainda outros verbetes.

(iv) As co-ocorrências privilegiadas e combinatórias fixas

De utilidade para o consulente do ponto de vista pedagógico é a apresentação de “co-ocorrentes privilegiados” dos verbetes dicionarizados que servem para ilustrar os contextos nos quais uma determinada palavra ocorre. Um usuário prospectivo, ao consultar as respectivas entradas dos verbetes (*amigo*<sup>1</sup>, *a* e *amigo*<sup>2</sup>, *a*) acima citados, vai deparar com o que o dicionarista chama de “co-ocorrências privilegiadas”, respectivamente apresentadas numa lista de três exemplos em itálico ( que o autor deixa de mencionar) com o uso do sinal + como se observa em (2):

(2) <i>amigo</i> <sup>1</sup> , <i>a</i> adj. (p. 215)	<i>amigo</i> <sup>2</sup> , <i>a</i> s. (=substantivo), p 215- 216
<i>abraço</i> +	<i>Bom</i> +
<i>olhar</i> +	<i>Grande</i> +
<i>voz</i> +	<i>velho</i> +
<i>palavra</i> +	+ <i>íntimo</i>
	+ <i>pessoal</i>



As referidas coocorrências são de utilidade para dois tipos de público alvo pensado pelo lexicólogo, isto é, “os alunos do ensino secundário e estudantes do ensino superior” e também, “os estudantes mais avançados de português como língua estrangeira ou segunda língua.” (p. xiii)

Com respeito aos dados apresentados, nem sempre é fácil distinguir o uso adjetival do uso substantival do vocábulo *amigo*. À guisa de ilustração, na locução “amigos da natureza”, (p.215) *amigos* é considerado substantivo (*amigo*<sup>2</sup>) ao passo que no enunciado “É amigo da natureza” (p.216) *amigo* é analisado como adjetivo (*amigo*<sup>1</sup>). A referida locução, “amigos da natureza”, sem verbo ou artigo (definido ou indefinido), não apresenta contexto suficiente para atribuí-la à categoria ora dos adjetivos ora substantivos. Esse problema é detectado em poucos casos e não chega a macular a obra.

Com respeito às combinatórias fixas, o autor as considera como “palavras cristalizadas ou em via de cristalização” que funcionam como “compostos não hifenizados” e informa que a obra tem aproximadamente 22.000 diferentes combinações. O DPLC em nada difere dos outros dicionários citados porque eles também arrolam o mesmo tipo de estrutura tradicionalmente chamada de locuções substantivas ou adjetivas (p. xxi). Todavia, o que inova com respeito às referidas estruturas combinatórias é o uso de um número sobrescrito para indicar a remissão à outra parte do dicionário. Alguns exemplos (sempre em negrito) são: **saia de balão** (sem remissão) e **amigo**<sup>1</sup> de **saías** ( remissão para o verbete *amigo*<sup>1</sup>) e **rabo**<sup>1</sup> de **saia** (com remissão para o verbete *rabo*).

#### (v) Apresentação de sinônimos e antônimos

Em comparação com os outros dicionários, o DLPC, ao apresentar a definição dos respectivos vocábulos (adjetivos, verbos e advérbios), apresenta no interior de diferentes verbetes alguns sinônimos e antônimos das palavras devidamente definidas. Considero a inclusão de sinonímia e antônima útil para o leitor geral. Na acepção 2 do verbo *remendar*, a referida obra lexicográfica define o vocábulo nestes termos: “Fazer correcções naquilo que se apresenta com erros ou incompleto  $\simeq$  corrigir, emendar. *Não era possível remendar o trabalho.*” (p. 3180). Para a definição do adjetivo *desabotoado*, observa-se: “que não está fechado com botões; que se desabotoou”  $\simeq$  aberto, desapertado  $\Pi$  abotoado *Tinha a camisa desabotoada.*” (p. 1122) O dicionário também mostra coerência, pois uma vez que prestigia advérbios em *-mente* não deixa de propiciar também exemplos de sinônimos e antônimos da referida classe gramatical. Na acepção 1 para o

advérbio *precipitadamente* se lê “Com pressa e precipitação; de modo rápido ou precipitado = apressadamente, rapidamente, Ππlentamente” (p. 2933)

(vi) Etimologia

O DLPC nada diverge no seu tratamento da etimologia dos vocábulos arrolados dos outros dicionários acima citados. Uma pequena e curiosa inovação que vai agradar os consulentes que tenham uma cultura clássica é a apresentação dos étimos gregos “em caracteres gregos” (p. xix), além da transcrição fonética. Dois exemplos são os verbetes para *bucólico* e *metáfora*, respectivamente ηΥρυςφύΣ#p. 591) e σκῶπυς.

(vii) As fontes bibliográficas no início do dicionário

O dicionário em tela apresenta as fontes bibliográficas ou “Fontes Documentais” no início da obra. Diria que o conteúdo tem mais chance de ser consultado uma vez que faz parte do farto material introdutório da obra. No caso dos dicionários brasileiros, Aurélio, Houaiss e Borba incluem respectivamente as fontes consultadas no final da obra ao passo que Michaelis não apresenta fontes bibliográficas. Houaiss, no entanto, apresenta na parte introdutória a “Bibliografia das Fontes de Datação e Etimologia” bastante inovadora na lexicografia luso-brasileira (pp. lxvi-lxxxiii).

#### 4. Possíveis e prováveis usuários do DLPC

Malaca Casteleiro considera que a sua obra se destina a “um público muito vasto”. Não seria temerário afirmar que a referida obra vai ser consultada, sem dúvida, por muitos leitores em Portugal devido ao fato de que a obra obedece à ortografia em vigor (homónimo, linguística, efectivamente, tecto, plafom, lóbi, cartune) no país e traz a grafia portuguesa dos nomes de países e gentílicos (Bangladeche, bangladechiano). A obra pode ser considerada como uma defesa da (orto)grafia lusa de português perante a expansão e divulgação da brasileira no mundo. Possivelmente o dicionário também encontre usuários nos países africanos de Língua Portuguesa, especialmente entre aqueles usuários que têm mais contato com Portugal do que com o Brasil e também entre os falantes de português como segunda língua, na África que são mais familiarizados com o sistema da escrita vigente em Portugal.

Diria que o “público muito vasto” de usuários que o lexicógrafo tem em mente não incluirá um grande número de consulentes no Brasil devido

ao fato de que o DLPC privilegia exclusivamente a (orto)grafia vigente em Portugal. Em certas instâncias, vocábulos de origem brasileira têm na referida obra sua grafia alterada como no caso de *banguê* (DLPC, p.477) em vez de *bangüê* (Aurélio, p. 266), *fuzué* (DLPC, p.1846) em contraste com *fuzuê*, (Aurélio, p. 957).

Um problema que pode contribuir para limitar o número de usuários no Brasil (e talvez nos outros países lusófonos) é o preço bastante elevado em comparação com os dicionários existentes no mercado brasileiro. Essa dificuldade, todavia, é facilmente solucionável se houver uma boa vontade por parte todos os governos dos países de língua portuguesa de isentar livros das taxas de importação.

Mas, mesmo que o DLPC não chegue a ser um *vade-mécum* entre todos os leitores brasileiros, a obra interessa aos falantes de português nos quatro continentes, especialmente aos professores de língua e literaturas luso-brasileiras e a todos que têm interesse em conhecer as múltiplas identidades da língua portuguesa e em ter contato com as diferenças entre o português continental, angolano, moçambicano, brasileiro, etc. Sem dúvida, quem ama palavras e tem curiosidade de tomar ciência de diferenças nos países de língua portuguesa vai se deleitar com a consulta ao DLPC. Espaço deve ser reservado para a obra nos estantes particulares dos que trabalham diretamente com o português no mundo de negócios e no mundo acadêmico. O DLPC já faz parte do acervo de muitas universidades brasileiras. Seria interessante pensar numa versão electrónica/ eletrônica do mesmo.

Recebido em agosto de 2005

Aprovado em abril de 2006

E-mail: john.schmitz@uol.com.br

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BORBA, Francisco S. (Colaboradores: S.E. Ignácio, M. H. de M. Neves, B. N. de Oliveira, M. B. Bazzoli e M. C. C. Dezotti.), 2002. *Dicionário de Usos do Português do Brasil*. São Paulo: Editora Ática.
- HOUAISS, Antonio e VILLAR. 2001. Mauro de Salles. *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Editora Objetiva.
- FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. 1999. *Novo Aurélio Século XXI: O Dicionário da Língua Portuguesa*. 3ª edição. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira.
- WEISZFLÖG, Walter. 1998. *Michaelis: Moderno Dicionário da Língua Portuguesa*. São Paulo: Companhia Melhoramentos.